



MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 617, DE 2013

NOTA DESCRITIVA

JUNHO/2013

SUMÁRIO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 617, DE 2013	3
1. PRAZOS PARA APRECIACÃO	3
2. TEXTO ORIGINAL	3
3. CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	3
4. ADMISSIBILIDADE	4
5. IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	4
6. EMENDAS APRESENTADAS	4

© 2013 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados
Praça 3 Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 617, DE 2013

O Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 216, de 31/5/2013, encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº 617, de 31/5/2013, que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona”.

1. PRAZOS PARA APRECIÇÃO

A MP foi editada em 31/5/2013, com as seguintes datas inicial e final para cada prazo:

- Prazo para Emendas: 1º/6/2013 a 6/6/2013.
- Câmara dos Deputados: até 27/6/2013.
- Senado Federal: 28/6/2013 a 11/7/2013.
- Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 12/7/2013 a 14/7/2013.
- Sobrestar Pauta: 15/7/2013.
- Congresso Nacional: 31/5/2013 a 12/8/2013.
- Prorrogação pelo Congresso Nacional: a definir.

2. TEXTO ORIGINAL

Além da cláusula de vigência, a MP possui apenas um artigo, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços regulares de transporte coletivo de passageiros em área municipal e em região metropolitana, nas modalidades rodoviária, ferroviária e metroviária

3. CLÁUSULA DE VIGÊNCIA

De acordo com o art. 2º, a MP vige desde 31/5/2013, data de sua publicação.

4. ADMISSIBILIDADE

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a MP, a “urgência e a relevância da medida decorrem da necessidade de fomentar a prestação de serviços de transporte coletivo urbano à população brasileira com preços módicos e com boa qualidade”.

5. IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Ainda de acordo com a referida Exposição de Motivos, a renúncia de receita será de R\$ 1,274 milhão no ano de 2013, de R\$ 1,414 milhão no ano de 2014 e de R\$ 1,568 milhão no ano de 2015

Segundo o Poder Executivo, “a estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013, aprovada pelo Congresso Nacional, contempla a renúncia ora autorizada. Por sua vez, a renúncia fiscal prevista para os anos de 2014 e 2015 será considerada quando da elaboração das respectivas Leis Orçamentárias”.

6. EMENDAS APRESENTADAS

No prazo regimental, foram apresentadas 104 emendas, descritas sucintamente na tabela a seguir.

Nº	Autor	Descrição
1	Dep. Eduardo Cunha	Modifica exigências para o exercício da profissão de advogado e altera as atribuições do Conselho Federal da OAB.
2	Dep. Nelson Marquezelli	Estende a redução de alíquotas de que trata a MP para a receita decorrente da prestação de serviços regulares de transporte coletivo de passageiros em área municipal e em região metropolitana, na modalidade aquaviária.
3	Dep. Rodrigo Maia	Introduz no Código Brasileiro de Trânsito infração de trânsito.
4	Dep. Rodrigo Maia	Torna obrigatória a instalação de equipamentos de ar condicionado em veículos de transporte coletivo de passageiros e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em operações com bens e prestação de serviços a serem empregados na

		prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros.
5	Dep. Rodrigo Maia	Obriga empresas prestadoras de serviço de transporte coletivo de passageiros a fornecer curso de direção defensiva para condutores por elas contratados.
6	Sen. Inácio Arruda	Amplia o rol de beneficiários do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).
7	Sen. Inácio Arruda	Altera a compensação de créditos presumidos para empresas produtoras de laticínios.
8	Sen. Inácio Arruda	Institui benefícios fiscais para bicicletas e suas partes e peças.
9	Sen. Inácio Arruda	Inclui os setores de produção de melão e beneficiamento de castanha de caju entre os contemplados pela desoneração da folha de salários de que trata a Lei nº 12.546, de 14/12/2011.
10	Sen. Aloysio Nunes Ferreira	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços públicos de captação, tratamento e distribuição de água e esgoto.
11	Dep. André Vargas	Inclui o setor de produção de computadores portáteis entre os contemplados pela desoneração da folha de salários de que trata a Lei nº 12.546, de 14/12/2011.
12	Dep. André Vargas	Cria o conceito de produto sustentável, estabelecendo condições para o reconhecimento desse tipo de produto.
13	Sen. Ana Amélia	Institui benefício fiscal para óleo <i>diesel</i> a ser utilizado na prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros.
14	Dep. Duarte Nogueira	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de saneamento básico.

15	Dep. Duarte Nogueira	Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a receita decorrente da prestação de serviços de saneamento básico.
16	Dep. Bruno Araújo	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de controle de produção e amplia as hipóteses de aproveitamento de crédito presumido para aquisição de equipamentos de controle de produção.
17	Dep. Cícero Lucena	Institui benefícios fiscais para a modernização e ampliação dos serviços de transporte coletivo de passageiros.
18	Dep. Marcus Pestana	Procura introduzir mecanismo que garanta o repasse da redução de alíquotas instituída pela MP para as tarifas do transporte coletivo de passageiros.
19	Dep. George Hilton	Procura introduzir mecanismo que garanta o repasse da redução de alíquotas instituída pela MP para as tarifas do transporte coletivo de passageiros.
20	Dep. Onyx Lorenzoni	Inclui na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, a receita bruta de exportações.
21	Dep. Carlos Zarattini	Institui regime especial de incentivos fiscais para os serviços de transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros, condicionando seu gozo à implantação de bilhete único temporal ou de rede integrada de transportes.
22	Dep. Beto Albuquerque	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda de veículos destinados a transporte público.
23	Dep. Beto Albuquerque	Procura introduzir mecanismo que garanta o repasse da redução de alíquotas instituída pela MP para as tarifas do transporte coletivo de passageiros.
24	Dep. Jerônimo Goergen	Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o

		PIS/Pasep e da Cofins receitas decorrentes de prestação de serviços.
25	Dep. Mendonça Filho	Permite a dedução da base de cálculo do IRPF de despesas com material escolar.
26	Dep. Mendonça Filho	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente de fornecimento de energia elétrica.
27	Dep. Mendonça Filho	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP destinado à preparação doméstica de alimentos de consumo humano.
28	Dep. Mendonça Filho	Modifica regras para apuração de contribuição empresarial da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.
29	Dep. Mendonça Filho	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de saneamento básico.
30	Sen. Francisco Dornelles	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte aéreo.
31	Sen. Francisco Dornelles	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte aéreo e marítimo.
32	Dep. Ronaldo Caiado	Suspende a cobrança da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes em importações e sobre a receita bruta de vendas no mercado interno de óleo <i>diesel</i> .
33	Dep. Ronaldo Caiado	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de

		rações.
34	Dep. Onyx Lorenzoni	Modifica regras relativas à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, tornando optativa essa substituição.
35	Dep. Laércio Oliveira	Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins receitas decorrentes de prestação de serviços e inclui prestadores de serviços no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários.
36	Dep. Laércio Oliveira	Institui parcelamento especial de débitos relativos à Contribuição para o Pasep.
37	Dep. Pedro Uczai	Modifica critérios de adesão ao Programa Universidade para Todos – Prouni e ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – Proies.
38	Dep. Mário Negromonte	Modifica dispositivos que regulam o vale-transporte e define crime.
39	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins receitas decorrentes de prestação de serviços.
40	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, empresas que utilizem resíduos sólidos como insumos.
41	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, prestadores de serviços hospitalares.
42	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de

			salários, empresas que recolham ou recuperem resíduos sólidos.
43	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Reabre prazo para adesão a parcelamento especial.
44	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Torna opcional o regime de apuração de contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, para empresas que realizem operações com resíduos sólidos.
45	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins receitas decorrentes de prestação de serviços.
46	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins receitas decorrentes de prestação de serviços.
47	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins receitas decorrentes de prestação de serviços de saneamento básico.
48	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de saneamento básico.
49	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Obriga a União a conceder subvenção econômica a unidades industriais.
50	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, agroindústrias.
51	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins receitas decorrentes de prestação de serviços.
52	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame		Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente de venda de GLP para geração de energia

		elétrica.
53	Dep. Antônio Roberto	Limita o número de passageiros que poderão trafegar de pé nos transporte coletivos urbanos.
54	Dep. Adrian	Institui benefícios fiscais relativos a vários tributos federais para o setor de coleta, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos.
55	Dep. Gorete Pereira	Reabre prazo para adesão a parcelamentos especiais.
56	Dep. Alexandre Santos	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.
57	Dep. Alexandre Santos	Reabre prazo para adesão a parcelamentos especiais.
58	Dep. Alexandre Santos	Autoriza a União a conceder o uso de bens públicos.
59	Dep. Alexandre Santos	Altera regras do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
60	Dep. Alexandre Santos	Altera regras relativas à desapropriação.
61	Sen. Ana Amélia	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, empresas do setor hoteleiro.
62	Dep. Eli Corrêa Filho	Altera regras relativas a procedimentos noticiatórios e similares executados por serviços de registro de títulos e documentos.
63	Dep. Beto Albuquerque	Obriga os Municípios a criar conselhos de transporte.
64	Dep. Beto Albuquerque	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda de veículos destinados a transporte público.
65	Dep. Beto Albuquerque	Inclui na base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, a receita bruta de

		exportações de <i>softwares</i> .
66	Dep. Beto Albuquerque	Exclui do rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, empresas de pesquisa que não gerem receitas.
67	Sen. Aécio Neves	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de saneamento básico.
68	Sen. Aécio Neves	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente de venda de produtos farmacêuticos.
69	Sen. Acir Gurgacz	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros.
70	Dep. Carlos Eduardo Cadoca	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.
71	Sen. Francisco Dornelles	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte aéreo.
72	Dep. Augusto Coutinho	Estende a redução de alíquotas de que trata a MP para a receita decorrente da prestação de serviços regulares de transporte coletivo de passageiros em área municipal e em região metropolitana, na modalidade aquaviária.
73	Dep. Augusto Coutinho	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros.

74	Dep. Odair Cunha	Altera regras relativas aos tipos de veículos autorizados a fazer o transporte interestadual de passageiros.
75	Dep. Nelson Marchezan Junior	Modifica regras relativas à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, tornando optativa essa substituição.
76	Dep. Nelson Marchezan Junior	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, empresas de comércio varejista.
77	Sen. Lindbergh Farias	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, empresas do setor de alimentação.
78	Sen. Antonio Carlos Rodrigues	Institui isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para saída de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros.
79	Sen. Antonio Carlos Rodrigues	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de venda de produtos a serem utilizados na prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros.
80	Dep. Sérgio Zveiter	Estende a redução de alíquotas de que trata a MP para a receita decorrente da prestação de serviços regulares de transporte coletivo de passageiros em área municipal e em região metropolitana, na modalidade hidroviária.
81	Dep. Sérgio Zveiter	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte de passageiros entre municípios limítrofes.
82	Dep. Felipe Maia	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de motocicletas e bicicletas.

83	Dep. Otavio Leite	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo municipal de passageiros por fretamento contínuo ou turístico.
84	Dep. Mauro Lopes	Utiliza código CNAE 4921-3 (TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERÁRIO FIXO, MUNICIPAL E EM REGIÃO METROPOLITANA) para definir atividade que será beneficiada pela redução de alíquotas promovida pela MP.
85	Sen. Randolfe Rodrigues	Proíbe os beneficiários da redução de alíquotas promovida pela MP de efetuar demissões sem justa causa.
86	Sen. Randolfe Rodrigues	Procura introduzir mecanismo que garanta o repasse da redução de alíquotas instituída pela MP para as tarifas do transporte coletivo de passageiros.
87	Dep. Hugo Leal	Modifica dispositivos que regulam o vale-transporte e define crime.
88	Dep. Hugo Leal	Introduz dispositivos que regulam o vale-transporte.
89	Dep. Ivan Valente	Proíbe os beneficiários da redução de alíquotas promovida pela MP de efetuar demissões sem justa causa.
90	Dep. Ivan Valente	Procura introduzir mecanismo que garanta o repasse da redução de alíquotas instituída pela MP para as tarifas do transporte coletivo de passageiros.
91	Dep. Otavio Leite	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de venda de equipamentos para acessibilidade de pessoas com deficiência a serem instalados em veículos de transporte coletivo de passageiros.
92	Dep. Antônio Carlos	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita

	Mendes Thame	decorrente da prestação de serviços de saneamento básico.
93	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Sujeita ao regime cumulativo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a receita decorrente da prestação de serviços de saneamento básico.
94	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Reduz contribuição previdência a cargo do produtor rural pessoa física.
95	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, empresas industriais de revestimento cerâmico.
96	Dep. Antônio Carlos Mendes Thame	Altera regras sobre financiamento de custeio para produtores rurais.
97	Sen. Acir Gurgacz	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de venda de combustíveis a serem utilizados na prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros.
98	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros.
99	Sen. Paulo Bauer	Prorroga a vigência do Reintegra e fixa prazo para ressarcimento em espécie no âmbito do referido regime especial.
100	Sen. Paulo Bauer	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de tratores.
101	Dep. Assis Carvalho	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros em Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico – Rides regularmente

		constituídas.
102	Dep. Pedro Uczai	Altera o local de ocorrência de fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS em operações de arrendamento mercantil.
103	Dep. Alfredo Kaefer	Inclui no rol de contribuintes que estão sujeitos à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, empresas de comércio varejista de produtos farmacêuticos.
104	Dep. Alfredo Kaefer	Institui benefícios fiscais para aquisição e importação de veículos elétricos e híbridos e suas partes, peças e acessórios.

Elaborado por:

ANTONIO MARCOS SILVA SANTOS
Consultor Legislativo da Área III
Tributação e Direito Tributário